
ACORDO DE ACIONISTAS

entre

RR PARTICIPAÇÕES S.A.

e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

tendo como Interveniente Anuente:

RENOVA ENERGIA S.A.

Datado de

31 de maio de 2010



ACORDO DE ACIONISTAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **RR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.511, conjunto 111, sala A, Cidade das Monções, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob nº 08.773.135/0001-00, doravante designada simplesmente "RR", neste ato representada de acordo com seu estatuto social; e

(b) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2014/2.235 – Bloco A, CEP 04543-011, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada de acordo com seu estatuto social ("Santander");

RR e Santander doravante denominados, em conjunto, como "Partes", e individualmente como "Parte";

e, ainda, como Interveniente Anuente:

(c) **RENOVA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.511, 6º andar, Cidade Monções, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, doravante designada simplesmente como "Companhia" ou "Renova",

PREÂMBULO

CONSIDERANDO que o Santander pretende subscrever novas ações representativas do capital social da Companhia, de forma a tornar-se acionista da Companhia; e

CONSIDERANDO que, sujeito à implementação da Condição Suspensiva (conforme definido abaixo), as Partes desejam regulamentar e organizar as relações entre elas na qualidade de acionistas da Companhia, estabelecendo regras relativas à administração da Companhia que produzirão efeitos no momento em que o Santander tornar-se acionista da Companhia;

As Partes, acima nomeadas e qualificadas, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Acordo de Acionistas (a seguir referido simplesmente como "Acordo"), nos termos do Artigo 118 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades por Ações"), mediante as cláusulas, termos e condições estipulados abaixo, que prometem bem e fielmente cumprir.



CAPÍTULO I – ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 1. Conselho de Administração

1.1 Durante a vigência deste Acordo e desde que o Santander não tenha elegido, individualmente ou em conjunto com outros acionistas, 1 (um) ou mais membros do conselho de administração da Companhia com base no artigo 141 *caput* ou § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, a RR compromete-se a votar em assembléia geral da Companhia no sentido de eleger 1 (um) membro para compor o conselho de administração da Companhia indicado pelo Santander.

1.2 Caso o Santander venha a eleger 1 (um) ou mais membros ao conselho de administração da Companhia com base no artigo 141 *caput* ou § 4º, da Lei das Sociedades por Ações após a RR ter votado no sentido de eleger o membro indicado pelo Santander nos termos deste Acordo, a RR poderá, a seu exclusivo critério, substituir o membro indicado pelo Santander para o conselho de administração da Companhia nos termos deste Acordo por qualquer outro candidato.

1.3 A RR somente estará obrigada a votar no sentido de eleger 1 (um) candidato ao conselho de administração da Companhia indicado pelo Santander caso o Santander atenda todos os requisitos de elegibilidade previstos na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM aplicável.

1.4 A RR somente estará obrigada à eleição de 1 (um) membro indicado pelo Santander para compor o conselho de administração da Companhia, nos termos do presente Acordo, enquanto detenha participação no capital da Companhia em percentuais suficientes para que tenha o direito de indicar mais de 1 (um) membro para compor o conselho de administração da Companhia.

1.5 Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer conselheiro indicado pelo Santander durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será nomeado pela RR de acordo com a indicação também feita pelo Santander nos termos desta Cláusula 1.

1.6 O Santander poderá, a qualquer tempo, substituir o membro do conselho de administração da Companhia por ele eleito. Mediante solicitação do Santander, a RR se obriga a exercer seu direito de voto, a fim de efetivar, no menor prazo possível, a substituição do membro do conselho de administração indicado pelo Santander.

1.7 O Santander compromete-se a submeter à RR, nos termos da Cláusula 9.1 abaixo, o nome e demais informações do candidato ao conselho de administração da Companhia que desejar eleger, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), até 2 (dois) dias úteis da data marcada para envio à CVM

dos referidos dados do candidato ao conselho de administração da Companhia, nos termos da Instrução CVM 481/09. A inobservância, pelo Santander, do prazo de antecedência previsto nesta Cláusula desobrigará a RR de eleger o membro indicado pelo Santander para compor o conselho de administração da Companhia.

CAPÍTULO II – OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS ACIONISTAS

Cláusula 2. Oferta Pública Secundária

2.1 O Santander poderá, a qualquer tempo a partir da vigência deste Acordo, solicitar que a administração da Renova adote todas as providências que lhe caiba para a venda das ações da Renova detidas pelo Santander por meio da realização de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ("Oferta Pública Secundária").

2.1.1 Na hipótese de realização de Oferta Pública Secundária, conforme previsto nesta Cláusula, a Renova se obriga a tomar todas as providências, e fazer com que suas subsidiárias tomem todas as providências que sejam necessárias para a realização da Oferta Pública Secundária, em especial, dentre outras, obter todas as aprovações societárias, efetuar a contratação de prestadores de serviços, fazer com que os administradores da Companhia participem em encontro com investidores (*road show*), colocar à disposição das instituições intermediárias e/ou dos referidos prestadores de serviços as informações, documentos e os seus administradores para a realização da devida *due diligence* para a preparação do prospecto de referida oferta, assim como para a elaboração de todos os demais atos e providências exigidos pela regulamentação em vigor, em especial a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. Adicionalmente, as Partes obrigam-se a exercer seus direitos de voto na Companhia para aprovar a prática de todos os atos necessários para a realização da Oferta Pública Secundária.

2.1.2 A RR, a seu exclusivo critério, poderá ou não participar da referida Oferta Pública Secundária de Ações, alienando, no todo ou em parte, as ações de emissão da Companhia de sua titularidade. Não obstante, as ações do Santander deverão ser colocadas junto aos potenciais investidores no âmbito da referida Oferta Pública Secundária com preferência na alienação em relação às ações detidas pela RR, de modo que, caso não seja possível a colocação da totalidade das ações objeto da Oferta Pública Secundária, deverão ser alienadas prioritariamente as ações detidas pelo Santander.

2.1.3 Os custos de uma distribuição pública de ações serão suportados (i) integralmente pelos acionistas vendedores, proporcionalmente à quantidade de ações por eles colocadas no âmbito de tal oferta pública, nos casos de Oferta Pública Secundária; (ii) pelos acionistas vendedores e pela Companhia, proporcionalmente à quantidade de ações por eles colocadas no âmbito de tal oferta



M 2V

pública, nos casos de distribuição primária e secundária; e (iii) integralmente pela Companhia, caso ocorra um oferta pública exclusivamente primária.

Cláusula 3. Participação Mínima da RR

3.1 Implementada a Condição Suspensiva, a RR compromete-se a, durante a vigência deste Acordo (conforme previsto na Cláusula 5 do Acordo de Acionistas):

(a) não alienar ações ordinárias da Companhia que resultem em uma participação da RR na Companhia em percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação ordinária do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, no âmbito de uma operação isolada ou conjugada com outras operações, cujo respectivo preço por ação da Companhia seja inferior a R\$ 8,00 (oito reais), corrigido à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano a contar da data de celebração deste Acordo; e

(b) não votar favoravelmente em assembléia geral da Companhia e instruir os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pela RR a não votar favoravelmente em reunião do conselho de administração e nas assembléias gerais da Companhia sobre a realização de qualquer aumento de capital da Companhia (i) cujo preço de emissão por ação seja inferior a R\$ 5,00 (cinco reais) por ação, corrigido *pro rata temporis* pela variação da taxa CDI da data de celebração deste Acordo até a data da efetiva subscrição, e (ii) que, em consequência de tal aumento de capital, a quantidade de ações ordinárias detidas pela RR no capital social da Companhia passe a ser inferior 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação ordinária do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

3.2 Os valores indicados na Cláusula 3.1 acima serão ajustados, proporcionalmente, na hipótese de realização de desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 4. Condição Suspensiva

4.1 A eficácia e vigência deste Acordo estão sujeitas a condição suspensiva (“Condição Suspensiva”), nos termos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, consistente na subscrição e integralização de ações ou certificados de depósito de ações (*units*) pelo Santander no âmbito de uma oferta pública primária de ações ou certificados de depósito de ações (*units*) de emissão da Companhia em qualquer mercado de negociação de valores mobiliários (“Oferta Pública de Ações”).

Cláusula 5. Prazo de Duração do Acordo

5.1 O presente Acordo entrará em vigor nesta data e permanecerá vigente pelo prazo de 10 (dez) anos a contar desta em que for implementada a Condição Suspensiva.

5



5.2 Adicionalmente, a RR poderá solicitar a rescisão do presente Acordo caso, a qualquer tempo, ocorra qualquer um dos seguintes eventos:

(a) a Companhia realize uma Oferta Pública de Ações, a qual, individualmente, seja no montante de, no mínimo, R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), e que resulte na redução da participação societária detida pelo Santander para menos de 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia; ou

(b) o Santander aliene as ações por ele detidas no capital social da Companhia, total ou parcialmente, e, após tal alienação, a participação societária detida pelo Santander seja inferior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia.

Cláusula 6. Registro do Acordo

6.1 A Companhia se compromete a arquivar, e as Partes se comprometem a fazer com que a Companhia archive o presente Acordo na sede da Companhia na forma e para os fins do disposto no Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula 7. Execução Específica

7.1 Sem prejuízo de outros recursos detidos pelas Partes, as disposições e obrigações assumidas neste Acordo comportam execução específica, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações e dos Artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil, não sendo eventuais perdas e danos satisfação adequada do direito das Partes.

Cláusula 8. Arbitragem

8.1 Se qualquer controvérsia, conflito, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza ("Conflito") surgir em relação direta ou indireta a este Compromisso, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade, qualquer das Partes poderá notificar os demais seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta cláusula, a partir do qual as Partes deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito"). Exceto se de outro modo estabelecido neste Compromisso, caso as Partes não encontrem uma solução, dentro de um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte a outra, então o Conflito deverá ser resolvido por arbitragem, conforme o disposto abaixo.

8.2 Os conflitos, controvérsias questões, dúvidas ou divergências de qualquer natureza, relacionados direta ou indiretamente a este Acordo, havidos entre as Partes, serão resolvidos por meio de arbitragem, a ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, administrada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Câmara de Arbitragem do Mercado").

8.3 A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara de Arbitragem do Mercado em vigor no momento da arbitragem.

8.4 A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 03 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, devendo cada Acionista indicar 01 (um) árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelos Acionistas. Na hipótese de os árbitros indicados pelas Partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as normas procedimentais da Câmara de Arbitragem do Mercado em vigor no momento da arbitragem, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse

8.5 Quaisquer omissões, litígios, faltas de acordo e dúvidas relativos à indicação dos árbitros pelos Acionistas, bem como à escolha do terceiro árbitro, serão dirimidos pela Câmara de Arbitragem do Mercado.

8.6 A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo os árbitros, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades.

8.7 A arbitragem será realizada em português.

8.8 O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, estarão sujeitos ao sigilo.

8.9 A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

8.10 A arbitragem será concluída no prazo de 06 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral.

8.11 As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307/96.

8.12 Caberá à Câmara de Arbitragem do Mercado resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade. Não obstante, antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.307/96.

Cláusula 9. Disposições Gerais

9.1 Notificações. Todas as notificações, consentimentos, solicitações e outras comunicações relacionadas a este Acordo deverão ser por escrito e entregues em mão, por carta registrada (com aviso de recebimento), ou por serviço de correio expresso de renome nacional, ao endereço constante no preâmbulo deste Acordo:

9.1.1 As notificações entregues conforme a Cláusula 9.1 acima deverão ser consideradas efetuadas: (i) no momento da entrega, se feita pessoalmente; ou (ii) 2 (dois) dias úteis após entrega feita dentro do prazo à empresa de correio expresso, se este for o meio utilizado.

9.1.2 Qualquer das Partes poderá alterar o endereço ao qual deverá ser enviado aviso, mediante comunicação escrita à outra Parte, de acordo com a Cláusula 9.1 acima.

9.2 Exercício do Direito de Voto pelo Santander. Exceto mediante autorização por escrito do Santander, na hipótese de não comparecimento às reuniões do conselho de administração da Companhia, pelo conselheiro indicado pelo Santander, nenhum outro conselheiro poderá votar pelo conselheiro indicado pelo Santander.

9.3 Conflito com a Regulamentação Aplicável à Companhia. Caso o exercício de qualquer direito por qualquer das Partes resulte em violação, descumprimento ou desenquadramento dos termos da regulamentação aplicável à Companhia, as Partes acordarão de boa-fé uma solução amigável a fim de fazer com que a Companhia mantenha suas atividades de acordo com as normas a ela aplicáveis.

9.4 Acordo Integral. Este Acordo representa todos os acordos e entendimentos mantidos entre as Partes com relação ao objeto aqui previsto, substituindo expressamente quaisquer entendimentos e acordos anteriores eventualmente estabelecidos pelas Partes com relação ao objeto deste Acordo.

9.5 Renúncia, Alteração. Nenhuma renúncia, rescisão ou liberação deste Acordo, ou de qualquer de seus termos ou disposições vinculará qualquer das Partes, exceto se confirmado por escrito. Nenhuma renúncia, por qualquer das Partes, a qualquer termo ou disposição deste Acordo ou a qualquer descumprimento deste afetará o direito da referida Parte de executar o aludido termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou medida em caso de qualquer outro descumprimento, similar ou não. Este Acordo não poderá ser modificado ou alterado, salvo se por escrito e assinado por todas as Partes.

9.6 Independência das Disposições. No caso de uma ou mais disposições deste Acordo serem consideradas nulas, anuláveis, inválidas ou ineficazes, a validade, a legalidade e a exeqüibilidade das demais disposições contidas neste Acordo não serão, de nenhuma forma, afetadas e/ou prejudicadas por esse evento, permanecendo em pleno vigor e efeito, como se referida disposição nula, anulável, inválida ou ineficaz não estivesse presente.

9.7 Cessão. Nenhuma Parte poderá ceder este Acordo, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento prévio e por escrito da outra Parte.

9.8 Efeito Vinculativo. Este Acordo é firmado pelas Partes de maneira irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes, seus sucessores e cessionários autorizados a qualquer título.

9.9 Lei Aplicável. Este Acordo deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

W SV

9
Banco Santander (Brasil) S.A.
[Signature]

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam este Acordo em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo.

São Paulo, 31 de maio de 2010.

RR PARTICIPAÇÕES S.A.

<u>SV</u> Por: Ricardo Lopes Delneri Diretor Vice-Presidente & Negócios Cargo:	<u>he nl</u> Por: RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO Cargo: DIRETOR
--	--

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

<u>[Signature]</u> Por: Liz Cantidio Jr. Superintendente Executivo Senior Cargo:	<u>[Signature]</u> Por: Mauro Luiz F. de Albuquerque Cargo: PROCURADOR
--	--

Interveniente Anuente:

RENOVA ENERGIA S.A.

<u>SV</u> Por: RICARDO LOPES DELNERI Cargo: DIRETOR VICE-PRESIDENTE E DE NEGÓCIOS	<u>he nl</u> Por: RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES
---	---

Testemunhas:

<u>[Signature]</u> Nome: Fernanda K. Santos R.G.: 29.748.901-X	<u>[Signature]</u> Nome: Luciano Santos Proença R.G.: 24246278-9
--	--

